

## 2. Dilemas dos movimentos sociais na contemporaneidade em um mundo neoliberal

Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, o que é imposto é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único (SANTOS, 2008, p.17-18).

Vivemos em uma realidade de dualismos e contrastes. Nossa sociedade se faz moderna e embala na corrida do progresso, borbulhando em acontecimentos e realizações sem fim. Esta realidade é perpassada por um perverso sistema de desigualdades, convivendo diariamente com a violência, miséria e iniquidade social. Em outras palavras, um “tempo de vitória do capitalismo<sup>1</sup>”, imposto como um “mundo de fabulações<sup>2</sup>”: uma cultura do capitalismo que se sustenta na sedução das pessoas pelo dinheiro e pelo consumo, e na criação de um discurso único e hegemônico.

O mundo a nossa volta vem ganhando um novo formato a partir das tendências conflitantes da globalização e da identidade. As grandes mudanças que marcaram o século XX transformaram o capitalismo e vice-versa, que por sua vez, impôs ao mundo uma nova forma de estruturar nossas sociedades.

Castells (2006) fala das consequências das transformações que ocorreram durante o século XX. Para o autor esta nova forma de estruturar nossas sociedades penetrou todos os níveis de existência e consiste na sociedade em rede:

Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura e virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes (p.17).

Milton Santos (2008) também apresenta outro olhar sobre este tempo, que para ele, nada mais é do que um *globalitarismo*<sup>3</sup>: uma nova forma de totalitarismo

---

<sup>1</sup> Eric Hobsbawm, 1994.

<sup>2</sup> Milton Santos, 2008.

<sup>3</sup> Para Santos o globalitarismo é a globalização perversa sob a qual vivemos. (Santos, 2001, p.19). “Eu chamo a globalização de *globalitarismo*, porque estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo. O sistema político utiliza os sistemas técnicos contemporâneos para produzir a atual globalização, conduzindo-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam

que traz a tona uma fábrica de perversidades e um pensamento único, ambos imersos na ciência e na tecnologia. A competição exacerbada e a ausência de solidariedade parecem ser os novos pilares de sustentação das sociedades atuais, e apresentam consequências devastadoras.

Porém, a descrição dos duelos e conflitos atuais não termina aqui. Para Castells (2006), a revolução tecnológica, as mudanças estruturais do capitalismo e a queda do estadismo são acompanhadas por “um forte avanço das expressões poderosas das identidades coletivas que desafiam a globalização e o cosmopolitismo” (Castells, 2006, p.18) travando uma luta pela singularidade cultural e pelo controle das pessoas sobre suas próprias vidas e lugares.

Destes modos, neste tempo de vitória do capitalismo surgem novos atores sociais responsáveis por possíveis alternativas de exercício da cidadania e ação política. Os movimentos sociais representam uma parte significativa neste universo refletindo sobre os rumos incertos da sociedade contemporânea e as possibilidades, mesmo que ainda incertas, de um projeto de futuro construído tanto por modernização, igualdade e justiça social (Paolli & Telles, 2000).

Dentro destes contextos, alguns grupos urbanos portadores de fortes expressões da cultura popular (Santos, 2000), apresentam outros saberes e possíveis modelos societários, oferecendo perspectivas diferenciadas pensadas pelos *de baixo*, pelos indivíduos marginalizados, que resistem, constituindo-se em novos agentes de transformação social. Artistas e militantes dos movimentos do hip-hop fazem parte deste grupo de novos agentes sociais, oferecendo uma proposta que vem se consolidando por meio da arte e da cultura.

Para se pensar a atuação destes novos sujeitos na atualidade é importante entender a trajetória de análise proposta por Hobsbawm ao definir nosso tempo como um tempo de vitória do capitalismo. O autor atribui a vitória do capitalismo às revoluções sociais e culturais do século XX, que resultaram no “triunfo do indivíduo sobre a sociedade” (HOBSBAWM, 1994), em outras palavras, levaram ao rompimento dos elos que anteriormente conectavam os seres humanos em seu

---

discussão, que exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem dependentes, como se fossem escravos de novo. Escravos de uma lógica sem a qual o sistema econômico não funciona. Que outra vez, por isso mesmo, acaba sendo um sistema político. Entrevista concedida a José Corrêa Leite, editor do jornal *Em Tempo* e membro do Conselho de Redação da revista *Teoria e Debate*. Site da Fundação Abramo. Acesso em 22/03/2010: <http://devel.fpabramo.org.br/conteudo/entrevista-milton-santos>.

espaço na sociedade (Hobsbawm, 1994, p.328), no que se refere, principalmente, as transformações acerca das relações entre as gerações e os sexos.

Estas transformações estão relacionadas ao *globalitarismo*, apresentado por Milton Santos, uma vez que é a partir deste discurso único que nossa sociedade se organiza. Os próximos itens oferecem uma análise dos caminhos percorridos por nossas sociedades durante o último século, explicitando as mudanças com relação às estruturas econômica, social e cultural de nossas composições societárias atuais, o que diz respeito à implementação do *projeto neoliberal*<sup>4</sup>. Este percurso oferece também aportes teóricos para se pensar no surgimento de um *projeto democratizante e participativo* (DAGNINO, 2004) no fim do século passado, liderado por diferenciadas organizações, grupos urbanos, sindicatos e movimentos sociais que visam uma sociedade mais democrática, participativa e igualitária. Estes são atores sociais comprometidos com as transformações que afetam nossos espaços e nossa história, lutando de maneiras diferenciadas pelo verdadeiro exercício da cidadania.

## 2.1.

### **Transformações ocorridas no Século XX: novos retratos das sociedades contemporâneas**

O tempo de vitória do capitalismo para Hobsbawm, se refere às várias transformações que marcaram de forma permanente a história da humanidade. O autor (1994) relata com precisão o tamanho da catástrofe humana do século XX. Catástrofe em relação ao número de mortes, incomparável com qualquer período histórico precedente. Catástrofe em relação ao indivíduo, que teve seus direitos humanos e civis negados durante longos momentos do século. O denominado pelo autor “Breve Século XX” “nos ensinou e continua ensinando que os seres humanos podem aprender a viver nas condições mais brutalizadas e teoricamente intoleráveis” (Hobsbawm, 1994, p.22).

---

<sup>4</sup> Ambos os termos, *projeto neoliberal* e *projeto democratizante e participativo*, são aqui utilizados conforme utiliza a autora o termo “projeto político”, “num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam ação política dos diferentes sujeitos” (Dagnino, 2004, p.98).

Hobsbawm aponta três *revoluções sociais* ocorridas no século XX que determinaram o rumo tomado pela sociedade contemporânea. A primeira consiste na morte do campesinato, que foi a transformação social mais impressionante do século XX, alterando perspectivas econômicas; A segunda foi o avanço das perspectivas referentes à educação, que deram início a uma nova força social pautada pela juventude. Na década de 1960 tornou-se evidente que os “estudantes tinham constituído social e politicamente uma força muito mais importante do que jamais haviam sido” (Hobsbawm, 1994, p.290). Estas mudanças originaram o Maio de 1968, porém, para Hobsbawm, este não pode ser considerado uma revolução. Segundo o autor, a “efetividade política deles [dos jovens] estava em sua capacidade de agir como sinais detonadores para grupos maiores mas que se inflamavam com menos facilidade” (Hobsbawm, 1994, p.293). Por mais numerosos que eles fossem não poderiam realizar a revolução sozinhos. A terceira transformação social foi a adesão da mulher ao universo público, mudando padrões de comportamento e relacionamento na sociedade. O que mudou “não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por elas ou as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis” (Hobsbawm, 1994, p.306-307). Deu-se início a um novo arcabouço de valores que permeia a sociedade contemporânea, apresentando uma nova estrutura de relações familiares.

Este novo arcabouço de valores, de acordo com Hobsbawm, oferece plausível fundamento para se entender as *revoluções culturais*, que ocorreram concomitante às *revoluções sociais*.

No que diz respeito às revoluções sociais, tendo em vista o tema aqui proposto, juventude e movimentos culturais, destacaremos as transformações relacionadas à juventude de acordo com Hobsbawm.

A primeira delas consiste no surgimento de uma nova perspectiva em relação à juventude, que “não era vista como um estágio preparatório para a vida adulta, mas, em certo sentido, como o estágio final do pleno desenvolvimento humano” (Hobsbawm, 1994, p.319), passa a ser considerada uma fase mais prolongada, abrangendo uma faixa etária mais ampla que agora incluía adultos. Segundo Hobsbawm, esta mudança diz respeito às “concessões silenciosas e talvez nem sempre conscientes ao juvenescimento da sociedade” (Hobsbawm,

1994, p.319). A juventude passa a ser reconhecida como uma camada social “autônoma”.

O segundo fator diz respeito à cultura juvenil ter se tornado dominante nas “economias de mercado desenvolvidas” (Hobsbawm, 1994, p.320). Nas mãos da juventude concentrava-se o poder de compra por duas razões: primeiro cada nova geração de adultos foi socializada como parte da cultura juvenil autoconsciente; segundo, os jovens foram, e ainda são capazes de se adaptarem à rápida mudança tecnológica muito melhor do que outros grupos etários mais. O papel das gerações havia sido invertido: pais aprendiam mais com os filhos do que filhos com os pais. O *blue jeans* surgido em meio as comunidades jovens, onde filhos pretendiam ser diferentes de seus pais, tornou-se também uma vestimenta comum para adultos em faixa etária mais avançada.

A terceira mudança revela que a nova cultura jovem se tornou internacional. O *blue jeans* e o *rock* se tornaram marcas da juventude “moderna”. A hegemonia cultural não era nova, mas sim seu modo de operação. A cultura jovem se difundia através da televisão, dos discos, da distribuição mundial das imagens, dos contatos internacionais de turismo juvenil, através das redes de universidades, através da moda na sociedade de consumo.

O que marcou a identidade da cultura jovem global desta época foi a diferença histórica que separava as gerações; um abismo muito maior do que o existente entre pais e filhos no passado. Para Hobsbawm, a cultura jovem se tornou a matriz da transformação cultural no que indica uma revolução nos modos e costumes, no lazer e artes comerciais, cada vez mais a base de uma sociedade urbana. As influências culturais começaram a se mover de baixo para cima. Os jovens demonstravam em seus gostos a aprovação da cultura popular, que veio surgindo e se desenvolvendo de maneira forte e autônoma.

Para Hobsbawm, a *revolução cultural* do fim do século XX pode ser entendida como o “triunfo do indivíduo sobre a sociedade”, o individualismo passou a tomar conta das relações entre as gerações e entre os sexos, em outras palavras, “o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais” (Hobsbawm, 1994, p.28). Estas transformações foram sentidas nas “economias de mercado industriais” urbanizadas dos velhos núcleos do mundo capitalista.

O capitalismo venceu porque não era apenas capitalista. Maximização e acumulação de lucros eram condições necessárias para seu sucesso, mas não suficientes. Foi a revolução cultural do último terço do século que começou a erodir as herdadas vantagens históricas do capitalismo e a demonstrar as dificuldades de operar sem elas (HOBSBAWM, 1994, p.336).

Hobsbawm revela que as *revoluções sociais e culturais* que permearam o século XX consistem num fator determinante para a vitória do capitalismo e o rumo tomado pelas sociedades no fim do milênio. O capitalismo se tornou cultural. É um novo tempo, que apresenta distintas maneiras de estruturar nossas sociedades, no que diz respeito a vertentes culturais, sociais, econômicas, e políticas.

Estas transformações tornam o mundo do fim do século essencialmente distinto de seu início pelo menos em três aspectos segundo Hobsbawm. A primeira distinção é que ele deixou de ser eurocêntrico. Adveio o declínio da Europa, centro de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental. A segunda mudança, todavia mais significativa, foi o surgimento de uma unidade operacional mundial única, via globalização. A terceira transformação, aos olhos de Hobsbawm, a mais perturbadora, consistiu na desintegração dos velhos padrões de sociabilidade, o que acarretou também a ruptura do laço tradicionalmente visível entre gerações; entre o passado e o presente.

A diferença dessas mudanças apresentadas pelo autor como *revoluções sociais e culturais* “está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade” (Hobsbawm, 1994, p.283). Elas levaram à estabilização e vitória deste novo tipo de capitalismo, responsável pelo avanço de uma formidável expansão econômica e profundas transformações sociais.

Entretanto, ao se falar das transformações ocorridas na atualidade, é importante salientar a influência dos aspectos econômicos. Hardt e Negri (2005) vão ressaltar seus estudos no que se refere à soberania do capitalismo e da lógica do mercado. Segundo os autores, a globalização da produção capitalista e do mercado mundial se estabeleceu como uma verdade fundamental acarretando uma mudança histórica significativa pautada na transformação econômica e política.

A mudança na qualidade e na natureza do trabalho se expressa na transição de paradigmas econômicos. Os empregos se tornaram movediços; “toda atividade econômica tende a cair sob o domínio da economia da informação, e a ser qualitativamente transformado por ela” (Hardt & Negri; 2005, p.308). Este

modelo reflete uma concepção que busca uma contínua interatividade e rápida comunicação entre a produção e o consumo.

O proletariado perdeu seu espaço como agente histórico de lutas e conquistas por direitos sociais. Como resultado a mediação dos conflitos existente entre capital e trabalho deixou de ser efetuada pelo Estado. Da mesma maneira que ocorreu a modernização em uma época anterior, hoje a informatização assinala uma nova maneira de ser humano (Hardt & Negri, 2005).

Para Hardt e Negri, o capitalismo globalizado trouxe a tona o trabalho imaterial afetivo que produz um bem intangível, um serviço, um produto cultural, um conhecimento. A produção de redes por meio do trabalho imaterial afetivo resulta na “ação instrumental da produção econômica (...) unida a ação comunicativa das relações humanas” (Hardt & Negri; 2005, p.314).

Estas são expressões típicas do capitalismo, que consiste no trabalho intangível e afetivo, na forte presença da mídia, na sedução e encantamento das pessoas por meio da necessidade de consumir, de ter. O capitalismo penetra o imaginário das pessoas, suas aspirações. Ele transforma imagem, nome e marcas em objetos de desejo. A propaganda seduz os consumidores antes mesmo da produção das mercadorias, num processo elaborado por profissionais do marketing que vendem produtos e criam uma necessidade para os mesmos nas pessoas, tornando-as consumidoras do produto.

Estamos diante de um novo “encantamento do mundo<sup>5</sup>” ou uma liberdade ilusória. Liberdade de consumo para todos, ou para todos aqueles que podem pagar. Impera o fetiche do capital. Surge um capitalismo que toma forma de um império da unicidade técnica, em um tempo que se apresenta cada vez mais veloz.

Este é o contexto criado pela globalização, onde a cidadania e a solidariedade parecem constituir reminiscências de um passado longínquo. É uma ilusão. Segundo Milton Santos (2008), estamos falando de, uma nova forma de totalitarismo, que é perversa, baseada num pensamento único e numa única cultura. Esse contexto é caracterizado pelo tom de massacre, de perversidade e abandono da solidariedade e cidadania em nome do capital.

Milton Santos revela que a globalização é apresentada ao mundo como uma fábula. Um mito que se ergue como verdade, transformando fantasias em

---

<sup>5</sup> Milton Santos, 2008, p.18.

ideologias. Estas sustentam as ações hegemônicas das autoridades atuais e contribuem para a continuidade do sistema. Fala-se de aldeia global tentando convencer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. Mas a informação, que deveria ter um caráter libertador e levar a ampliação do conhecimento, é apropriada e manipulada por atores sociais que visam interesses próprios e transmitida à maioria das pessoas, confundindo-as e aumentando os processos de criação de desigualdades. Fundamentada nesta ideia e no encurtamento das distâncias, “para aqueles que realmente podem viajar”, se difunde a percepção de tempo e espaço contraídos, como se o mundo estivesse ao alcance de todos. O mundo não está ao alcance de todos: esta é a fábula a que se refere Santos.

O mercado global se apresenta como possível ator homogeneizador do planeta, porém, a prática da competitividade exacerbada aprofunda as diferenças locais. Para Santos, “a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as forças hegemônicas” (Santos, 2008, p.20). Para o autor, o mundo se torna cada dia menos unido, e neste processo, cada vez mais distante o sonho e a possibilidade de uma cidadania verdadeira. Os mecanismos de reprodução das desigualdades são diariamente reforçados na perpétua consolidação do sistema.

A globalização, na realidade, se impõe como um sistema perverso para a maioria dos seres humanos. A face real do capitalismo é profundamente excludente. Crescem o desemprego, a pobreza, a fome e a violência. A classe média perde em qualidade de vida. Doenças contagiosas que haviam sido expurgadas voltam a surgir. O dinheiro e a informação se tornam letais, mantendo milhões de pessoas impossibilitadas de desfrutar do desenvolvimento econômico, que se resume em retenção de riqueza. É a tirania do dinheiro e da informação, intrinsecamente relacionadas.

Segundo Santos, para entender a globalização é essencial considerar dois elementos fundamentais: o “estado da técnica<sup>6</sup>” e o “estado da política”. O autor

---

<sup>6</sup> “Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos

revela que no fim do século XX o avanço da ciência produziu um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel importante na organização socioeconômica, cultural e política das sociedades. Surgem interpretações da história através das técnicas, bem como, através da política, porém, estas nunca estiveram separadas na história humana, e na atualidade são controladas pelas forças hegemônicas que impõem ao mundo a globalização perversa. “As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história” (Santos, 2008, p.23).

Foi a partir da unicidade da técnica que se tornou possível a existência de um mundo globalizado, logo uma finança universal responsável pela imposição de uma mais-valia mundial a toda a Terra. A unicidade da técnica nos permite também chegar ao conhecimento instantâneo do acontecer do outro, que Santos denomina de unicidade do tempo ou convergência de momentos.

Por isso se pode falar de um discurso único que se apresenta ao mundo como uma necessidade universal, uma verdade soberana que resulta na aceitação das pessoas muito mais do que em sua compreensão. Alicerçado nas ciências e na racionalidade, o discurso único é parte do cotidiano, a serviço da lógica universal do mercado, que conforma o comportamento dos indivíduos fazendo crer em sua inevitabilidade (Santos, 2008). A lógica do mercado é assim sacramentada pela ciência, “considerada, ela própria, infalível” (Santos, 2008, p.53).

Segundo Milton Santos, esta é uma das fontes de poder do pensamento único. Tudo que se realiza pelos atores essenciais da globalização parte das ideias científicas, necessárias à produção célere de outras realidades, de maneira que as ações assim criadas se mascaram como únicas possibilidades. Em termos de sociabilidade emergem a exacerbação do consumo, dos narcisismos, da busca egoística pelo prazer individual, do abandono da solidariedade acompanhada pela ética individualista. Instala-se a violência estrutural e a perversidade sistêmica da globalização. É o pensamento único.

A política agora se realiza pelo mercado. As empresas globais são os reais atores que não se caracterizam pela preocupação ética. Algumas empresas também assumiram trabalhos de assistência social, ações provenientes do

---

momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico” (Santos, 2001, p.25).

chamado terceiro setor, que antes era responsabilidade do poder público. É a retirada do Estado das práticas de responsabilidade social. Cabe ao terceiro setor escolher os beneficiários de suas ações “assistencialistas”.

Para Santos (2008), o Estado e o terceiro setor, atuantes na atualidade, não constituem atores sociais verdadeiramente capazes de interromper o perverso sistema que se instalou. Estes oferecem, muitas vezes, práticas e políticas emergenciais e focalizadas para o alívio da pobreza, porém o exercício destas mesmas sustenta a lógica do capitalismo atual e propiciam a continuidade do pensamento único, da tirania do dinheiro e do consumo, e em consequência contribuem com o acirramento da pobreza.

Segundo o autor, a política deveria ser ampla e supor uma visão de conjunto. Não deveria existir política apenas para os pobres ou para os ricos. Para ele, a eliminação da pobreza é um problema estrutural. Se a pobreza não for encarada como tal, as atuais práticas sociais, econômicas ou políticas serão apenas para a proteção de algumas pessoas. A verdadeira política deveria cuidar do conjunto de realidades e das relações.

Entretanto, as relações societárias, ao mesmo tempo em que são hegemônicas, também abrem espaços para ações contra hegemônicas que podem ser notadas na atuação das organizações ou movimentos sociais populares. Nestas ações contra hegemônicas surgem resistências populares e novas percepções de mundo, na tentativa de resgatar a esperança por uma humanidade melhor. É no despertar destas novas formas de resistências populares que se debruça o próximo item.

## **2.2.**

### **Caminhos percorridos pelos de baixo: tomada da palavra, identidade, cultura e política**

No que se refere à luta por mudança do sistema estabelecido, a participação das camadas populares, dos atores sociais da sociedade se tornou cada vez mais importante. Grande parte da população excluída do mercado global, ou, que vive à margem da sociedade como um todo, encontra maneiras criativas

de produção de uma cultura própria, endógena, resistente a lógica do mercado, e que pode vir à constituir uma fundamentação solidificada para a produção de uma política. Este fenômeno ilustra o poder que emana destes agrupamentos das camadas populares que resistem à cultura de massa. São os “de baixo” que passaram a ser os protagonistas deste movimento contra hegemônico.

Segundo Milton Santos (2008), as expressões contra hegemônicas corroboram o possível surgimento de *uma outra globalização*. Sua esperança de transformação nos revela um universo de possibilidades para a construção de uma nova consciência universal. Por derradeira, o autor relata que para além da perversa sociabilidade estabelecida na contemporaneidade, pode-se pensar em outros modelos societários, talvez, nunca antes imaginados.

Os possíveis modelos societários são moldados pelos “*de baixo*”, pelas camadas populares, que têm um papel crucial na produção do presente e do futuro. Santos (2008) revela que a pobreza, significa uma condição de carência, mas também de luta, de vida ativa, na qual a tomada de consciência pelo indivíduo é uma possibilidade. São as camadas populares que resistem às injustiças sociais e descobrem a cada dia mecanismos inéditos de trabalho, luta e sobrevivência. A convivência com a necessidade e com o outro faz emergir a política dos “*de baixo*”, “constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares” (Santos, 2008, p.133). Diz respeito a um novo tipo de política, baseada no cotidiano vivido por todos.

Para Santos, esta nova política pode ser instrumento na construção de um mundo pautado em uma globalização mais humana. A unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento de nosso planeta, que são os mecanismos vigentes do período contemporâneo, que são as bases técnicas nas quais se apoiam a tirania do dinheiro e do capital que arquitetam a globalização perversa, poderiam ser utilizados para outros fins. Estas mesmas bases técnicas poderiam preencher outros propósitos, uma vez apropriadas por outros fundamentos sociais e políticos.

Esses protagonistas lutam pelo surgimento de uma nova história. Para o autor, em primeiro lugar, presenciemos a incidência significativa da mescla de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. Em seguida, a importância da “mistura” de filosofias que surgem em detrimento do racionalismo europeu. Em terceiro lugar, o autor ressalta as populações aglomeradas em certas áreas,

resultando em um constante intercâmbio de culturas e filosofias. Esta “população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo a possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual” (Santos, 2008, p.21).

Esses são dados indicativos da possibilidade de mudanças. Nossas sociedades se encontram imersas numa verdadeira sócio-diversidade. Reunido a todos estes fatores, se encontra a emergência de uma cultura popular que tem acesso aos meios técnicos atuais, antes propriedade exclusiva da cultura de massa, “permitindo-lhe exercer sobre esta última verdadeira revanche ou vingança” (Santos, 2008, p.21).

Isto nos leva a pensar na importância dos movimentos sociais culturais para a juventude, que se propõem a lutar por uma realidade diferenciada, mais humana e mais justa, por meio da arte e da cultura. Estes jovens saem às ruas, organizam manifestações culturais, protestos, shows, se articulam e assumem sua resistência e indignação à atual conjuntura de injustiças socioeconômicas e culturais. Alguns grupos atuam em nome do lazer e da paz na comunidade, propagando a união, a organização e a diversão. Outros buscam através da arte novos caminhos de mudanças.

“No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato” (Santos, 2008, p.21), e este vem se concretizando de diferentes formas no decorrer das últimas décadas, entre elas o surgimento dos movimentos sociais.

Segundo Evelina Dagnino (2000), os movimentos sociais das últimas décadas tiveram um papel crucial e continuam impactando a sociedade na contemporaneidade. Em alguns casos eles foram capazes de traduzir suas agendas em políticas públicas, por exemplo, as lutas do MST, expandindo as fronteiras da política institucional, e lutando de maneira significativa para a redefinição das noções de cidadania, representação e participação política.

Para a autora, estes avanços são consequências de uma transformação teórica que contribuiu para a mudança dos discursos e práticas da esquerda na América Latina. Para Dagnino, a ação dos movimentos sociais a partir das últimas décadas apresenta uma “confluência entre as novas influências teóricas e novas orientações políticas que surgem de contextos concretos” (Dagnino, 2000, p.61).

Aos olhos de Milton Santos, a atuação dos movimentos sociais e das camadas populares como um todo, ilustram a ação dos “*de baixo*”. São os pobres das periferias e favelas brasileiras que lutam pelo reconhecimento de suas identidades e encontram na relação política e cultura um novo significado, construindo assim novos mecanismos de luta por reconhecimento e valorização da cultura popular.

Para Castells, as lutas por reconhecimento e valorização da cultura popular ocorrem num contexto de relação de poder, no qual o processo de construção identitária é peça essencial. Para o autor as identidades são múltiplas, se modificam continuamente e a construção das mesmas se dá a partir da análise dos legados culturais pelos atores sociais, plantados em um contexto político e de relação de poder.

Ao perpassar o processo de resgate e re-significação dos legados culturais, os sujeitos constroem novos símbolos que possam representá-los na sociedade, delineando novos instrumentos de luta e sobrevivência, e possibilitando assim a construção de um “sentido de pertencimento” (Fonseca, 2003), uma valorização de suas crenças, histórias, origens e ação coletiva.

Surgem então novas redes de participação social nas quais os sujeitos passam a ser reconhecidos e suas identidades coletivas valorizadas. Entre algumas destas redes estão alguns movimentos culturais da periferia, que oferecem apoio, esperança e possibilidade de transformação societária para os indivíduos neles inseridos.

Neste contexto de relações de poder, a revolução pode ser vista como a construção de uma nova hegemonia, o que implica numa nova visão de mundo, nas palavras de Santos, uma outra globalização, “a produção de um novo discurso” (Santos, 2008, p.21).

O movimento do hip-hop no Brasil, por exemplo, ilustra a criação de ações através da cultura, que buscam a transformação das comunidades. Jovens das periferias aderem ao movimento do hip-hop unindo suas forças e encontrando na via da cultura um possível caminho para a transformação.

A cultura tem sido um forte elemento usado pelos “*de baixo*” neste processo. As ações mediadas pela cultura no Brasil, como alguns participantes do Movimento Cultural do Hip-Hop, exemplificam a criação de grupos com suas identidades coletivas. Estes grupos são coloridos por atores que lutam por uma

realidade diferenciada em suas comunidades através da arte e do ativismo cultural. Segundo Buarque de Holanda, alguns movimentos culturais estão menos interessados em aprofundar suas raízes e mais focados na articulação de direitos, democracia e ação política (Buarque de Holanda, 2008). Outros grupos ressaltam a importância do resgate histórico cultural para fortalecer seus membros, e visam uma atuação por meio da arte, cultura e diversão, refletindo sobre o reconhecimento de suas identidades, bem como, o lugar e o papel do jovem de periferia na sociedade.

Segundo Santos, as demandas por reconhecimentos identitários e culturais visíveis nos movimentos sociais da atualidade ilustram, pela primeira vez na história da humanidade, a existência de uma universalidade empírica, que deixa de ser apenas uma formulação abstrata, para tomar forma da experiência diária do homem comum. Pode-se verificar na atualidade a atuação dos sujeitos em variadas lutas que aparecem como categorias de uma história concreta. Segundo Santos, “é isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história” (Santos, 2008, p.21).

Denise Fonseca ressalta que é fundamental refletirmos sobre a essência dos ‘poderes’ imateriais que residem na organização destas “redes sociais”, nas quais indivíduos são fortalecidos através de suas identidades, suas práticas cotidianas e em seu “sentido de pertencimento” (Fonseca, 2003, p.15).

É necessário reconhecer e valorizar os modos pelos quais os *de baixo* vêm encontrando novas formas de exercício da política. Estes movimentos e coletivos que emergem como uma força contra-hegemônica continuam a se deparar com algumas questões relacionadas às contradições encontradas na atualidade. Estas questões se referem às barreiras existentes entre um “projeto democratizante participativo” pensado por atores sociais de movimentos, grupos e coletivos que lutam pela cidadania, e, entre um “projeto neoliberal”, que visa à continuidade do sistema capitalista.

É importante, por um lado, considerar e refletir sobre os desafios encontrados pelo projeto democrático participativo<sup>7</sup> que se desenvolve num sistema neoliberal perpassado por todos os tipos de injustiças socioeconômicas e culturais. Por outro lado, é essencial reconhecer que uma luta contra-hegemônica

---

<sup>7</sup> Dagnino, 2004.

está sendo colocada em marcha. A presença da resistência revela que ainda existe esperança de transformação por parte das camadas populares, em outras palavras, por parte dos *de baixo*, protagonistas nos movimentos sociais e coletivos. É a força que emana das relações construídas pelas jovens lideranças de periferias, que ao passar por um processo de resgate e re-significação identitários apresentam diversas possibilidades de transformação, onde o próprio conceito de transformação social pode assumir um caráter plural.

### 2.3.

#### **Construção de Identidade: uma (re)negociação de poder**

Somos nós mesmos, sempre nós mesmos e nem por um minuto os mesmos.  
(Diderot, apud, Lowenthal, 1998, p.85)

Os movimentos sociais, principalmente os chamados “novos movimentos sociais” são reconhecido como movimentos que lutam por reconhecimento identitário na tentativa de questionar e redefinição de seu papel e lugar na sociedade contemporânea.

Manuel Castells (2006) oferece aportes indispensáveis para se pensar o conceito identidade. O autor revela que a identidade é fonte de significados e experiências de um povo, refletindo seus valores, ideias, crenças, personalidades, e filosofias historicamente construídas. Por meio da identidade um povo se auto-define e identifica outros povos. Distingue-se o eu e o outro.

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento—invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta—nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos pelos outros (CALHOUN, APUD, CASTELLS, 1996, p.22).

Calhoun revela que a exigência natural do autoconhecimento, diretamente relacionada à necessidade de se tornar conhecido por outros retrata a passagem histórica do homem pela arte da construção identitária. É por meio dos legados culturais, religiosos, sociais, biológicos, sexuais, que o ser humano conhece, reconhece outros, e se faz conhecido.

Castells revela que a identidade consiste no “processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (Castells, 2006, p.22). A construção de identidade, contudo, revela um mecanismo no qual, múltiplas identidades emergem, podendo ser concomitantes.

Corroborando as reflexões de Castells, Fonseca (2003, p.15) afirma que as identidades são múltiplas e elaboradas no decorrer da vida dos sujeitos. Um indivíduo pode se identificar com uma identidade religiosa, ao mesmo tempo em que se associa a uma identidade cultural ou de gênero. Todos nós estamos intrinsecamente conectados a algum sentido de pertencimento específico a um grupo, crença, nacionalidade, ou tradição, sendo que muitos deles se entrelaçam podendo estar simultaneamente ligados.

A percepção das identidades múltiplas se aproxima da análise de Hall (2005), no que diz respeito ao conceito de *sujeito pós-moderno* cunhado pelo autor. Hall define *Pós-Modernidade*, ou modernidade tardia um tempo que assume um caráter específico de mudança, onde as sociedades são, por definição, sociedades de mudanças constantes, rápidas e permanentes. Hall utiliza reflexões de Giddens ao falar da pós-modernidade, relacionando a mesma com o contexto da globalização. Giddens enfatiza o ritmo e alcance da mudança que “à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão uma com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (Giddens, apud Hall, 2005, p.15).

Hall apresenta três concepções de identidade: *o sujeito do Iluminismo*, o qual deposita no indivíduo toda a capacidade de razão e consciência de ação, sendo a construção da identidade definida no nascimento; *o sujeito sociológico* que reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior surgido no nascimento não era autônomo, auto-suficiente ou estático. A identidade aqui se constitui da relação entre o eu e a sociedade; e *o sujeito pós-moderno*, resultado das modificações sofridas na pós-modernidade, as mudanças estruturais e institucionais que direcionam as vidas dos seres humanos. Estas mudanças produzem o sujeito pós-moderno, identificado como não tendo uma identidade fixa, crucial ou permanente. A identidade é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2005, p.13).

Segundo Hall, à medida que os sistemas de produção de significados e representação cultural se diversificam, confrontamos uma multitude de possíveis identidades, com as quais poderíamos nos identificar.

Castells acorda com Hall, no que diz respeito ao processo contínuo de construção identitária. Para Castells toda identidade é construída a partir material histórico, geográfico, biológico, e religioso, por instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, por sonhos e desejos pessoais, e por aparatos de poder. Todos nós examinamos este material e reorganizamos seus significados em relação às tendências sociais e projetos culturais, bases da estrutura societária. É um processo de re-significação dos mesmos. Quando o ator social consegue alinhavar um novo significado à sua história, ele é também capaz de arquitetar uma nova identidade e conquistar um espaço na sociedade.

Segundo Castells, o conteúdo simbólico da identidade e o significado desta são determinados pelos agentes que se identificam com esta identidade. Para o autor o cerne do discurso da construção da identidade está pautado em relações de poder. Neste contexto, Castells nos apresenta três formas de construção de identidade, que determinam os tipos de organizações sociais que surgem na sociedade:

A *identidade legitimadora* é instituída por agentes dominantes na sociedade, e, objetiva expandir e racionalizar a dominação. Origina uma sociedade lapidada por organizações, instituições e atores sociais que reproduzem o pensamento hegemônico da dominação.

A *identidade de resistência* é arquitetada por atores sociais contrários a presente dominação, que se encontra em posições desvalorizadas, criando assim resistência aos princípios dominantes. Segundo Castells, esta poderia ser considerada o tipo mais importante de construção de identidade, pois resulta no surgimento de comunidades, permitindo certa resistência coletiva à opressão, que do contrário seria insuportável. A identidade de resistência pode resultar no surgimento da identidade de projeto, a meta final, para Castells, para se alcançar uma modificação na vida dos atores sociais e na sociedade como um todo.

A *identidade de projeto* produz sujeitos, atores sociais coletivos. Estes participam da construção de uma nova identidade que consiste num projeto de vida e de reestruturação da sociedade. Este processo se dá através da re-significação dos legados culturais, o que acarreta em uma possível redefinição de

seu lugar na sociedade. Este movimento é caracterizado por uma ação que se realiza de baixo para cima. Está nas mãos dos *de baixo*, dos indivíduos marginalizados e excluídos da distribuição de riquezas do capitalismo globalizado atual.

A identidade de projeto denota uma possibilidade de mudança essencial para sociedade atual, justamente por produzir sujeitos atuantes e participativos<sup>8</sup>.

À medida que estas construções identitárias ganham espaço, a juventude de periferia é capaz de produzir um discurso político pautado em diversos legados—culturais, territoriais, religiosos, raciais, sociais, de classe—que resultam em um sentido de pertencimento compartilhado e contribuem na construção de várias identidades.

O fortalecimento da identidade é um fator determinante no surgimento dos movimentos sociais culturais, um processo dialético. As identidades construídas pela juventude de periferia e o fortalecimento destas redes de solidariedades ilustram o exercício de um movimento que atua de baixo para cima e que exige o reconhecimento. Como afirma Gohn, “a questão da identidade remete a uma outra forma de aprendizado: a do reconhecimento (...) reconhecer implica não somente obter reconhecimento externo, pela raça, sexo, ou qualquer outra característica cultural; reconhecer é também um processo interno, subjetivo” (Gohn, 2008, 32).

Gohn (2008) revela também que através da identidade e do reconhecimento os atores sociais são capazes de dar sentido às ações individuais ou coletivas. Para a autora,

Neste processo, os indivíduos, de atores sociais – que ocupam diferentes lugares na estrutura social (como pais, trabalhadores, membros de alguma organização, movimento, partido, sindicato, religião etc.) – transformam-se em sujeitos, autores de ações históricas que ultrapassam as ações contidas no desempenho individual ou grupal. Os sujeitos re-interpretam o significado das coisas e fatos que recebem, dão sentido às ações de que participam, e produzem novos significados, porque, embora os significados sejam conceitos, eles não são fixos nem imutáveis; não são eternos, inativos, e sim ferramentas dinâmicas (p.32).

Para Ramos (2008) projetos de ações culturais e artísticas, frequentemente desenvolvidos e coordenados pelos próprios jovens de periferias, apresentam

---

<sup>8</sup>Castells utiliza o conceito sujeito conforme Touraine que faz a seguinte colocação, “chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual (...) A transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades e a dos indivíduos contra o mercado” (Touraine, apud, Castells 2006, p.26).

algumas características em comum, como a afirmação territorial, o orgulho racial, o vínculo com o mercado, e o estabelecimento de indivíduos como ídolos ou celebridades. Segundo a autora, entre os grupos que exemplificam estas ações estão: o Olodum, em Salvador, a Central Única de Favelas (CUFA) no Rio de Janeiro, grupos de mobilização da cultura hip-hop em São Paulo e Rio de Janeiro.

Estes grupos apresentam basicamente duas características: a primeira é a afirmação territorial. As letras de músicas, roupas e imagens associadas ao eles reafirmam o nome de suas comunidades de origem. Segundo Ramos (2008),

Curiosamente, a reiterada afirmação de compromisso com o território de origem não se traduz em bairrismo ou nacionalismo. Os grupos combinam o “amor à comunidade” com a adesão aberta aos signos da globalização (Coca-Cola, tênis Nike e outros) e produzem conexões entre o local e o universal via internet, sites e revistas. Atribuem alta prioridade aos intercâmbios com outras comunidades – inclusive com jovens de classe média – e às viagens nacionais e internacionais (p.4).

A segunda característica é o orgulho racial, que compõe o novo repertório produzido por jovens de favelas e periferias, “a forte presença da denúncia ao racismo e à afirmação racial negra, seja nas letras das músicas, nas indumentárias (cabelo afro, roupas), seja nos nomes de projetos e líderes” (Ramos, 2008, p.4). A autora afirma também, que nos anos 1990 esses grupos juntamente com outros de expressão mais comercial foram responsáveis, pelo rompimento do silêncio sobre a temática racial.

As lutas, os anseios e as aspirações destes sujeitos, bem como a construção de relações acumuladas, aparecem nos legados culturais, históricos, geográficos, políticos e religiosos compartilhados por um grupo, um coletivo ou movimento social.

A cultura é um forte componente nesta lista, e permite que os sujeitos manifestem suas visões de mundo e valores, tanto quanto, lutar pelas realizações de seus anseios e aspirações e atuar na sociedade politicamente. Na atualidade esta luta também vem se consolidando através de movimentos sociais por meio da arte e cultura. Movimentos estes que, muitas vezes são criados e dirigidos pelos próprios jovens das Periferias, na luta por direitos e exercício da cidadania.

## 2.4. Movimentos Sociais, Cidadania e Luta por Direitos

É impossível discutir cidadania no Brasil sem pensar no contexto de escravidão, discriminação e exclusão que fundamentou a construção de nossa sociedade. Segundo Carvalho, “a escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de cidadãos” (Carvalho, 2008, p.21). Para o autor nem mesmo os senhores eram cidadãos no Brasil; eram os homens livres do período colonial, porém faltava-lhes o próprio sentido da cidadania: a noção de igualdade de todos perante a lei.

Para Carvalho, no Brasil “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido” (Carvalho, 2008, p.8). O exercício de alguns tipos de direitos, como a liberdade de pensamento e o direito ao voto, não resulta automaticamente no gozo de outros, como a segurança e emprego. De acordo com Carvalho, o cidadão pleno seria aquele que pudesse gozar dos *direitos civis, direitos políticos e direitos sociais*<sup>9</sup> ao mesmo tempo.

O exercício pleno da cidadania consiste na existência deste três direitos. Porém, nossa sociedade perpassa uma realidade estruturada na falta destes direitos, visível na trajetória de exclusão histórica brasileira, bem como, nas transformações ocorridas no mundo durante o último século, e nos dilemas que vivenciamos neste tempo de vitória do capitalismo. Porém, segundo Paoli e Telles, os movimentos sociais ocuparam um lugar de destaque nas últimas décadas no que diz respeito a luta por cidadania no Brasil.

Nesses tempos de mudança que afetam Estado, economia e sociedade, os movimentos sociais se encontram no centro dos dilemas da sociedade brasileira. Estão, na verdade, no centro dos paradoxos que hoje desconcertam todos os que se propõem a refletir sobre os rumos incertos do país e as possibilidades (ainda

---

<sup>9</sup> Segundo Carvalho os diferentes tipos de direitos se definem da seguinte forma: os direitos civis “são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar” (Carvalho, 2008, p.9). Estes direitos garantem a vida em sociedade. Os direitos políticos, por outro lado, estão relacionados ao direito ao voto, a se organizar em partidos políticos, de ser votado, garantindo a participação dos indivíduos no governo e na sociedade. E finalmente, os direitos sociais, que dizem respeito à participação dos indivíduos na riqueza coletiva da sociedade, incluindo a garantia e a vigência dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao salário justo, ao descanso, à aposentadoria. “Os direitos sociais permitem as sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social” (Carvalho, 2008, p.10).

que nebulosas) de um projeto de futuro capaz de conjugar modernização, igualdade e justiça social (PAOLI & TELLES, 2000, p.111).

Entretanto, partindo de um contexto pautado na negação do exercício da cidadania, faz-se necessário refletir sobre a história de luta dos movimentos sociais no fim do último século, especificamente na atuação dos chamados “novos movimentos sociais”. Dagnino (2000) revela que, os movimentos sociais participaram ativamente desta luta desde o começo da resistência ao regime autoritário militar, no início da década de 70. Estas lutas e conquistas representam marcos importantes na história dos movimentos e nos ajudam a entender os dilemas enfrentados por estes atores sociais hoje.

Castells oferece algumas observações pertinentes para se refletir sobre os a atuação deste novos movimentos sociais. A primeira observação do autor, diz respeito à tentativa de pensarmos os movimentos sociais em suas “raízes”. Segundo Castells, os movimentos sociais são exatamente o que eles dizem ser. “Suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição” (Castells, 2006, p.94). Observá-los por estas lentes nos ajuda a afastarmo-nos da tendência humana em tentar desvendar “a ‘verdadeira’ consciência dos movimentos, como se somente pudessem existir revelando as contradições estruturais ‘reais’” (Castells, 2006, p.94). Em outras palavras, este trabalho tentará pensar e categorizar cada movimento em termos de sua dinâmica específica e sua interação com o todo, que sustentam sua existência em sociedade.

A segunda observação de Castells, e na qual tento basear minhas reflexões e análise, consiste na crença de que:

Os movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas ou nenhuma delas. (...) não existe uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social, e que o único sentido da história é a história que nos faz sentido. Portanto, do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos eles são sintomas de nossa sociedade, e todos causam impactos nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidades e resultados distintos (CASTELLS, 2006, p.95).

Na experiência brasileira os movimentos sociais se organizaram e os sonhos de uma sociedade mais justa e igualitária se tornaram as bandeiras de luta (PAOLI & TELLES, 2000).

Os anos 1980, portanto, trouxeram as lutas sociais criando um espaço público informal descontínuo e plural ressaltando diversas reivindicações. Neste espaço público se criou e se difundiu uma “consciência do *direito a ter direitos*”,

dando início à conscientização de que a cidadania é sinônimo de luta e conquista enquanto a reivindicação de direitos exige da sociedade uma possível e contínua re-negociação (PAOLI & TELLES, 2000).

Este processo reflete as demandas populares, apesar de muitas vezes serem vistas pela opinião pública de forma ambígua onde uma imagem negativa e de desordem sempre volta à tona.

Porém, lutas populares ilustram o quanto é doloroso a trajetória de reivindicações por uma sociedade mais igualitária e democrática, ao revelar uma sociedade regida por regras excludentes que defendem velhas hierarquias, constroem outras e excluem do sistema a maioria das pessoas. Paoli e Telles ressaltam que é justamente por essas ambivalências e dificuldades que podemos reconhecer a importância dos movimentos sociais. Eles constituíram espaços de representação, negociação e interlocução pública fundamentais para as lutas políticas, onde atores antes invisíveis, se tornaram protagonistas das lutas, se fizeram presente e foram capazes de dar visibilidade aos conflitos da sociedade.

Ao se fazerem reconhecer como sujeitos capazes de interlocução pública, a presença desses atores coletivos na cena política teve o efeito de desestabilizar ou mesmo subverter hierarquias simbólicas que os fixavam em lugar de subalternidade por entre uma trama densa de discriminações e exclusões, ao impor critérios igualitários de reconhecimento e princípios democráticos de legitimidade. Trazendo para o debate questões e temas antes silenciados ou considerados como não pertinentes para a deliberação política, essas arenas públicas tiveram (e têm) o sentido de um alargamento no campo político, por via de uma noção ampliada e redefinida de direitos e cidadania, não restrita ao ordenamento institucional do Estado, mas como referências por onde se elabora a exigência ética de reciprocidade e equidade nas relações sociais (PAOLI & TELLES, 2000, p.111).

A atuação dos movimentos sociais na década de 80, portanto, contribuiu para a compreensão de uma dinâmica de democratização abertas nas arenas públicas. Esta década alterou o cenário político do país e introduziu possibilidades importantes no pesado legado autoritário e excludente do Brasil. Debates sobre uma possível redefinição da democracia foram abertos. A constituição de 1988 também constitui um marco importante que denota um momento fundante de uma modernidade democrática, demonstrando que as lutas por direitos deixaram suas marcas e “se traduziram na construção de espaços plurais de representação de atores coletivos hoje reconhecidos como interlocutores válidos no cenário político nacional” (Paoli & Telles, 2000, p.111).

Os movimentos sociais exerceram um papel importante nesta jornada se esforçando para delimitar novos direitos na ordem legal e influenciar a elaboração e regulamentação de uma nova ordem constitucional. (PAOLI & TELLES, 2000).

Mas a década que revelou a esperança pelo exercício da democracia e cidadania plena foi também encerrada “com o espetáculo de uma pobreza talvez jamais vista em nossa história republicana, uma pobreza engendrada na convergência problemática de uma pesada tradição excludente” (Paoli & Telles, 2000, p.111).

Entramos nos anos 1990 com os dilemas de uma democracia consolidada mediante ao reconhecimento formal de direitos, em meio a paradoxos que desvendam um cotidiano perverso e violento, onde estes mesmos direitos são continuamente violados. Esta realidade ilustra o que O’Donnell define por “legalidade truncada”, garante “direitos políticos democráticos, mas não consegue fazer vigorar a lei, os direitos civis e a justiça no conjunto heterogêneo da vida social” (Paoli & Telles, 2000, p.111).

Ao vocalizar a agenda universal dos direitos, os movimentos sociais enfatizaram os paradoxos que surgem neste confronto. A exigência da igualdade e justiça reflete uma realidade de pobreza crescente que reabre a tensão entre modernidade e modernização, entre a exigência ética dos direitos e as demandas da estrutura econômica contemporânea, entre a ordem legal que garante igualdade e a realidade desigual, discriminação e exclusão, entre a esperança de um mundo mais humano e os impedimentos de melhoria de perspectivas para o futuro (PAOLI & TELLES, 2000).

O conceito de democracia desenvolvido pelos movimentos sociais transcendeu os limites das instituições políticas tradicionais e das democracias já existentes (Dagnino, 2000). Para alguns militantes dos movimentos sociais, democracia significa a democratização total da sociedade, bem como, das práticas culturais que historicamente estruturam as relações sociais de exclusão e desigualdade. Significa uma redefinição da noção de cidadania e da noção de direitos.

Os movimentos populares urbanos inovaram quando trouxeram a seguinte concepção: a garantia dos direitos sociais e o direito a ter direitos. Esta perspectiva apresentou uma cultura política diferenciada, afirmando que “ênfatar

as implicações culturais significa reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas visões de uma sociedade democrática” (Dagnino, 2000, p.81).

Alvarez, Dagnino e Escobar adotam “política cultural” para discutir os movimentos sociais latino-americanos na atualidade, e afirmam ser este o conceito que denota a relação indissolúvel entre cultura e política. O termo “política cultural” chama a atenção para o “laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição de política que esta visão implica. Esse laço significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem as relações de poder embutidas nestas práticas” (Alvarez, Dagnino & Escobar, 2000, p.17).

Ao refletir sobre as contribuições dos movimentos sociais com a democratização da sociedade, optei por investigar a atuação de três movimentos sociais culturais. Deste modo, o que o eixo central do trabalho em questão é refletir sobre as práticas sociais, as representações sociais e a construção de significados pertinentes ao que Gohn vai chamar de *movimentos culturais*. Para a autora, estes consistem em “movimentos culturais de jovens”, que pela via da educação informal é capaz de mobilizar jovens através da música, da arte, da cultura aprendizagem e formas de expressão por meio do rap e hip-hop (Gohn, 2008, p.85). Os movimentos culturais da juventude, especificamente, três grupos significativos do Movimento Cultural do Hip-Hop no Rio de Janeiro, que tem a juventude em seu cerne de atuação, são os sujeitos pesquisados e entrevistados para esta pesquisa.

Segundo Gohn, é “no cenário social brasileiro conturbado no início deste novo milênio, [que] diferentes organizações, movimentos e entidades sociais continuam lutando” (Gohn, 2008, p.14). Novos movimentos surgem nas zonas periféricas sob a organização local, demonstrando a força destes grupos urbanos que se utilizam da arte e cultura para a busca da transformação. Os três grupos<sup>10</sup> aqui pesquisados ilustram este tipo de movimento cultural, onde jovens da periferia de maneira criativa criam novos significados e símbolos que os representem, atuando através da arte e da cultura pela transformação de suas realidades.

---

<sup>10</sup> Coletivo de Hip-Hop LUTARMADA, Grupo Breaking Consciente da Rocinha, e Rap de Saia.

Refletindo sobre o perfil dos novos movimentos sociais, especificamente sobre os movimentos culturais da atualidade, Alain Touraine (2007) nos oferece algumas contribuições relevantes ao tema. Os sujeitos destes movimentos sociais ilustram resistência social e luta por reconhecimento identitário, em outras palavras direitos culturais. Para Touraine (2007), cientistas das sociedades modernas definem o sujeito como um produto de nossa historicidade, nossa capacidade de transformar o mundo.

Por muitos anos procuramos o sentido da vida numa ordem do universo ou num destino divino, num lugar ideal, numa sociedade de iguais, num progresso sem fim ou numa transparência absoluta. Estas tentativas se esgotaram, pois estes mundos ideais se veem cada vez mais imaginários à medida que nossa capacidade de agir e de produzir mudanças aumentava (Touraine, 2007, p.122).

Segundo Touraine,

À medida que esses novos poderes triunfavam, entramos em nós mesmos, descobrindo-nos em nossa realidade mais concreta: cidadãos primeiramente, trabalhadores em seguida, (...) e agora *seres culturais* para resistir à comercialização de todos os aspectos de existência (Touraine, 2007, p.123).

Tornamo-nos “seres culturais” (TOURAINÉ, 2007), que reivindicam direitos culturais, ao lado dos direitos sociais, econômicos, institucionais, sexuais, políticos e biológicos. É importante reconhecer a figura do ser cultural, sujeito e ator social que luta contra a cultura hegemônica da atualidade. Ao refletirmos sobre a figura cultural da sociedade, observamos a grande oscilação entre a ação e a representação do mundo exterior para o mundo interior, do sistema social para o ator pessoal ou coletivo, e o sujeito surge como ator social (TOURAINÉ, 2007).

Touraine revela também que a história de atuação dos sujeitos está vinculada à luta por direitos concretos, que protegem particularidades culturais cada vez menos produzidas pela classe hegemônica dominadora. Esta luta por direitos conduz a passagem dos direitos mais abstratos aos mais concretos, levando a realidade do sujeito.

Segundo o autor, alguns dos novos movimentos são, sobretudo, *movimentos culturais*, bem diferentes daqueles cujas orientações socioeconômicas se haviam ancorado nas sociedades industriais, pautados em uma ideologia herdada dos movimentos operários e suas tendências revolucionárias (TOURAINÉ, 2007). Portanto, a reivindicação dos direitos culturais visível nos novos movimentos sociais, diz respeito em primeiro lugar, a coletividade. Eles

não têm por princípio necessariamente transformar as situações e relações econômicas. Eles defendem a liberdade e a responsabilidade dos atores sociais, sozinho ou em coletividade, contra a lógica impessoal do lucro e da concorrência instauradas na sociedade por meio do capitalismo globalizado (TOURAINÉ, 2007).

É na relação entre o reconhecimento de direitos culturais (GOHN) e a atuação da juventude nos movimentos culturais, que ressalto o valor da construção de identidade, visando à construção de sujeitos ativos na sociedade. Os movimentos sociais culturais de hoje lutam entre outras coisas por suas identidades, reivindicando direitos que começam a tomar forma a partir do momento que os atores sociais apresentam suas novas concepções de democracia, cidadania e luta por direitos.

Para se entender as lutas políticas dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina hoje, nos ajuda refletir sobre as discussões teóricas apresentadas por Dagnino. Para a autora (2004) o contexto da globalização consubstancia o fato de que a implementação do ideário neoliberal trouxe consequências devastadoras para nossas sociedades.

A autora revela que no Brasil existe hoje uma “confluência perversa” entre a luta pela implementação de um “projeto político democratizante e participativo<sup>11</sup>”, no qual estão presentes os movimentos sociais, e um “projeto neoliberal”, onde se implementa uma política de Estado mínimo. Vivemos uma disputa político-cultural e um deslocamento de sentidos de três noções fundamentais para a estrutura de nossa sociedade: sociedade civil, participação e cidadania.

Segundo Dagnino, o deslocamento de significado destas noções fortalece a atuação persuasiva do projeto neoliberal, que impõe suas definições de sociedade civil, participação e cidadania, vinculando as mesmas a papéis estabelecidos na lógica do mercado. Nasce assim ONGs e instituições constituídas em espaços públicos e vinculadas ao que denominamos terceiro setor.

A autora revela que, “a perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (Dagnino, 2004, p.97). A

---

<sup>11</sup> Ver item 4.

participação da sociedade civil em ambos os projetos é visível, e segundo a autora, “cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil” (Dagnino, 2004, p.97). A disputa política destes dois projetos se torna uma disputa de significados para referências comuns, como a própria noção de participação ou cidadania. É no espaço público que se encontram os dilemas ressaltados por Dagnino (2004),

Por um lado, a constituição de espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente—mas não só—pela constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências (p.97).

A confluência perversa entre esses dois projetos políticos distintos na sociedade dificulta a atuação dos movimentos sociais atuais, bem como, o processo de construção da democracia e de reconhecimento de direitos. Porém, muitas lutas políticas no Brasil hoje são travadas em torno de projetos alternativos de democracia.

Estes projetos alternativos de luta pela democracia constituem o eixo central desta investigação, onde seus protagonistas lutam de maneira criativa para arquitetar símbolos, identidades e culturas pertinentes na luta pela transformação de suas realidades. Uma vez que os movimentos sociais não constituem atores sociais homogêneos, mas retratam as ações e identidades heterogêneas e diversificadas na sociedade, as concepções e perspectivas a serem discutidas aqui não representam um perfil generalizado dos movimentos sociais atuais, e sim possibilidades imersas em uma enorme multiplicidade de ações existentes hoje no Brasil.

O surgimento de movimentos sociais culturais liderados pela juventude das camadas populares, pelos *de baixo*, demonstra a importância das implicações culturais e a capacidade destes grupos em produzir novas visões de uma sociedade democrática. Segundo Dagnino, “as contestações culturais não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política” (Dagnino, 1998, 81).

A autora revela também que existe hoje no Brasil um emaranhado de microexperiências que não devem ser obscurecidas, uma vez que estas revelam múltiplas possibilidades, essenciais na mudança da sociedade, em busca do exercício alternativo da cidadania. Por esta razão, a pesquisa em questão se debruçou na atuação e discurso de movimentos culturais, especificamente, o Movimento Cultural do Hip-hop, pois este oferece uma multiplicidade de possibilidades e de atuação que ilustrando um “emaranhado de microexperiências” encontradas na sociedade brasileira.

O próximo capítulo conduzirá o leitor a uma viagem pelo mundo da história e origem do Hip-Hop. Ele vai mostrar como a cultura hip-hop está fundamentada num sistema de história e cultura oral. Com a chegada dos escravos nas Américas a cultura oral, a música, as artes visuais e a dança dos negros aqui trazidos, que consistiam em afinados instrumentos de expressão cultural e tentativa de luta contra os maus tratos, a violência desacerbada e as calamidades cometidas contras estes indivíduos, foi se transformando e se adaptando a seus novos ambientes. O Hip-Hop é mais uma expressão cultural que tem marcado as paisagens urbanas do Brasil, das Américas e do Mundo nas últimas décadas, e por isso merece devida atenção e reconhecimento como movimento social cultural. Estas expressões culturais vão além de uma manifestação cultural, elas constituem novas formas de protestos políticos. Elas são expressões de identidades da periferia.